



RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO - RAG 2024



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso–MA apresenta o Relatório Anual de Gestão (RAG) referente ao ano de 2024, documento que reflete o compromisso com a transparência, responsabilidade e eficiência na gestão da saúde pública em nosso município. Este relatório reúne as principais ações desenvolvidas ao longo do ano, evidenciando os esforços empreendidos para garantir o acesso da população a serviços de saúde de qualidade, bem como o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao bem-estar e à qualidade de vida da nossa comunidade.

Durante o período, realizamos diversas ações estratégicas voltadas para a promoção, prevenção e assistência em saúde, com foco em ampliar o acesso e a resolutividade dos serviços oferecidos. Destacam-se campanhas de vacinação, intensificação de atendimentos em unidades básicas, ações educativas e preventivas, além da ampliação de programas voltados à saúde materno-infantil, saúde da mulher, do homem e do idoso. Investimos na capacitação das equipes de saúde, no fortalecimento da Atenção Básica e em parcerias para o aprimoramento dos serviços especializados, sempre visando oferecer um atendimento mais humanizado e eficiente.

O monitoramento contínuo dos indicadores de saúde foi fundamental para a identificação de necessidades e definição de estratégias de intervenção. Por meio da análise de informações epidemiológicas, foi possível acompanhar a evolução de doenças e agravos, permitindo ações rápidas e efetivas no controle e prevenção. Destacamos avanços significativos no enfrentamento das doenças endêmicas, além de melhorias nos serviços de vigilância em saúde. Esse acompanhamento contínuo garantiu maior assertividade nas decisões e políticas implementadas, fortalecendo o cuidado integral à saúde da população.

Por fim, ressaltamos os avanços alcançados e reforçamos nosso compromisso com a construção de uma saúde pública cada vez mais eficiente, inclusiva e de qualidade. Agradecemos o empenho de todos os profissionais de saúde, parceiros e a comunidade, que contribuíram para a realização das ações e o alcance dos resultados apresentados.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 IDENTIFICAÇÃO.....	4
3 DADOS DEMOGRÁFICOS E DE MORBIMORTALIDADE	5
3.1 POPULAÇÃO ESTIMADA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA.....	5
3.2 DADOS DE NATALIDADE E MORTALIDADE	5
3.3 PRINCIPAIS CAUSAS DE ADOECIMENTO E INTERNAÇÕES.....	6
4 DADOS DA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS	8
4.1 PRODUÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF).....	8
4.2 PRODUÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL (ESB).....	10
4.3 EQUIPE MULTIPROFISSIONAL (E–MULTI)	11
4.4 INDICADORES DE SAÚDE – PROGRAMA PREVINE BRASIL.....	12
4.5 COBERTURA VACINAL.....	15
4.6 VIGILÂNCIA EM SAÚDE.....	17
4.6.1 Vigilância Sanitária.....	17
4.6.2 Vigilância Epidemiológica.....	18
4.6.3 Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS)	21
5 REDE FÍSICA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	22
6 PROFISSIONAIS DE SAÚDE TRABALHANDO NO SUS	24
7 PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE - PAS.....	25
8 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	35
8.1 INDICADORES FINANCEIROS	38
9 INFORMAÇÕES SOBRE AUDITORIA.....	41
10. ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Segundo as Portaria GM/MS Nº 2.135, de 25/09/2013, e Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017, Art. 99, o Relatório Anual de Gestão (RAG) é um instrumento de gestão com elaboração anual que permite apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde - PAS, e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários ao Plano de Saúde.

Para tanto, o Relatório de Gestão deve contemplar basicamente:

- I – diretrizes, objetivos e indicadores do Plano de Saúde;
- II – metas da PAS previstas e executadas;
- III - análise da execução orçamentária; e
- IV – recomendações necessárias.

O RAG tomou como referência a estrutura proposta do Sistema DigiSUS – Módulo Planejamento. Os dados e informações aqui apresentados se referem aos que advêm dos sistemas em saúde e relatórios próprios da Secretaria Municipal De Saúde de São João do Paraíso – MA.

As informações deste Relatório Anual de Gestão estarão disponíveis também no Sistema DigiSUS Módulo Planejamento, no entanto, ressaltamos que alguns itens migram automaticamente de bases nacionais do DATASUS, podendo haver divergências entre estes e as informações reais, por isso indicamos também a leitura das análises e considerações. Reconhecemos a importância do controle social para apreciação deste relatório, sendo o mesmo submetido a análise do Conselho Municipal de Saúde, que posteriormente deverá emitir parecer conclusivo para aprovação deste documento.

Para os Indicadores cujos dados dependem de fluxos descentralizados e/ou ainda não houveram o fechamento das bases de dados do ano de 2024, os resultados se apresentarão de modo preliminar.

2 IDENTIFICAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Município: São João do Paraíso UF: MA

Razão Social: Fundo Municipal de Saúde de São João do Paraíso MA

CNPJ: 14.588.101/0001-30

Endereço: Avenida Maranhão, n.º 100, Centro.

Email: semusParaíso@gmail.com

GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Prefeito: Roberto Regis De Albuquerque (2021 a 2024)

Secretário: Justo Coelho De Sá Filho (2021 a 2024)

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO SUS

Plano Municipal de Saúde - PMS - 2022 a 2025

Status: Aprovado.

Programação Anual de Saúde – PAS - 2024

Status: Aprovado.

3 DADOS DEMOGRÁFICOS E DE MORBIMORTALIDADE

3.1 POPULAÇÃO ESTIMADA POR SEXO E FAIXA ETÁRIA

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de São João do Paraíso, no Maranhão, apresentava uma população total de 11.207 habitantes.

A análise dos dados mostra que a maior parte da população se encontra na faixa etária de 20 a 29 anos (composto por 1.944 pessoas, sendo 1.068 homens e 876 mulheres), indicando uma população predominantemente jovem e adulta jovem. Além disso, o número de homens é ligeiramente superior ao de mulheres na maioria das faixas etárias, especialmente entre os adultos jovens. Essa distribuição pode influenciar diretamente na formulação de políticas públicas direcionadas às necessidades dessa população, como educação, saúde e emprego.

O perfil demográfico evidencia também um contingente populacional idoso considerável, o que ressalta a importância de políticas voltadas à saúde e bem-estar dessa faixa etária.

3.2 DADOS DE NATALIDADE E MORTALIDADE

Os dados de natalidade e mortalidade são essenciais para a gestão municipal, pois fornecem informações estratégicas para o planejamento e execução de políticas públicas que atendam às necessidades reais da população.

Segundo dados do Sistema de Nascidos Vivos – SINASC, foram registrados no ano de 2024, 141 Nascidos Vivos, e informações do Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM, apontam um total de 64 óbitos, vide dados abaixo demonstrados.

Quadro 1 - Quantitativo de nascidos vivos.

Unidade Federação	1 QD	2 QD	3 QD	TOTAL
SÃO JOÃO DO PARAÍSO	50	40	51	141

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) Data da consulta: 15/03/2025.

Quadro 2 - Quantitativo de óbitos.

Unidade Federação	1 QD	2 QD	3 QD	TOTAL
SÃO JOÃO DO PARAÍSO	12	28	24	64

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM-TABNET). Data da consulta: 15/03/2025.

3.3 PRINCIPAIS CAUSAS DE ADOECIMENTO E INTERNAÇÕES

No ano de 2024, o município de São João do Paraíso – MA, apresentou um total de aproximadamente 417 internações hospitalares, refletindo importantes desafios para a saúde pública local. Assim como em anos anteriores, a principal causa de internação esteve relacionada a casos de gravidez, parto e puerpério. Esse dado evidencia a necessidade contínua de fortalecer a atenção à saúde materno-infantil, com investimentos em ações de prevenção, acompanhamento pré-natal e cuidados pós-parto, visando a redução de riscos e complicações.

Em segundo lugar, destacaram-se as internações decorrentes de causas externas, como acidentes e lesões. Esse cenário reforça a importância de estratégias voltadas à promoção da segurança e prevenção de acidentes, incluindo campanhas educativas, melhorias na infraestrutura urbana e ações integradas com órgãos de segurança pública.

As doenças infecto-parasitárias ocuparam a terceira posição entre as principais causas de internação. Esse quadro aponta para a necessidade de intensificar as ações de vigilância sanitária, controle de endemias e campanhas de conscientização sobre higiene e prevenção de doenças, visando à redução da incidência desses agravos na população.

Além disso, observou-se um número significativo de internações relacionadas a doenças do aparelho circulatório e respiratório, evidenciando a preocupação com os principais fatores que contribuem para o adoecimento dessa população.

Diante desses dados, é fundamental que o município continue investindo em políticas públicas de saúde, promovendo ações integradas e estratégias eficazes para

enfrentar os principais fatores de internação. O fortalecimento da atenção básica, o acesso facilitado a serviços de saúde e o investimento em educação preventiva são caminhos essenciais para garantir o bem-estar e a qualidade de vida da população.

4 DADOS DA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS

As ações da Atenção Primária à Saúde são pilares fundamentais para a promoção da saúde e prevenção de doenças, reforçando o compromisso do SUS com o cuidado integral e contínuo da população. Ao garantir o acesso a esses serviços, a Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso contribuiu diretamente para a melhoria da qualidade de vida, fortalecimento do sistema de saúde e a construção de uma sociedade mais saudável e equitativa.

Demonstraremos em seguida os dados de produção referente aos atendimentos realizados no ano de 2024 no município de São João do Paraíso – MA. Enfatizamos que tais informações foram extraídas do sistema e-SUS, sendo este a principal fonte de registro e consolidação da produção da Atenção Primária a Saúde.

4.1 PRODUÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

Consultas Individuais – Médico (6x42: 300)	826	408	877	1.191	783	895	406	844	904	841	684	602
Consultas Individuais – Enfermeiro (6x42: 210)	219	192	277	392	357	235	109	227	298	268	507	553
Atividade Coletiva (Geral)	02	00	01	00	02	01	00	07	05	07	05	04
Procedimentos Individuais	2.408	1.587	2.630	5.287	2.584	2.430	1.477	3.599	3.697	3.857	4.377	4.272
Teste do Pezinho	00	00	00	00	00	06	05	06	05	04	03	03
Administração Vitamina A	01	00	00	00	01	05	01	05	17	25	17	22
Coleta de <u>Citopatológico</u> de Colo Uterino	04	02	06	12	81	03	00	02	25	32	27	31
Teste Rápido	113	134	138	120	95	76	29	70	187	228	152	197
Teste Rápido – Sífilis em Gestante	19	18	11	21	16	17	10	17	15	10	10	09
Teste Rápido – HIV	22	21	19	43	36	26	11	23	51	71	65	41
Visita Domiciliar e Territorial ACS e ACE	4.289	326	3.716	4.975	5.356	4.916	2.590	5.268	4.494	5.877	5.895	5.915
Cadastro Domiciliar e Territorial	3.877	3.985	4.069	4.191	4.215	4.298	4.311	4.333	4.352	4.372	4.383	4.397
Cadastro Individual	8.784	8.987	9.032	9.155	9.157	9.167	8.920	8.922	8.936	8.946	8.957	8.978
Consultas Individuais – Médico (6x42: 300)	826	408	877	1.191	783	895	406	844	904	841	684	602

FONTE: E-SUS-APS
 Janeiro Fevereiro Março Abril Maio Junho Julho Agosto Setembro Outubro Novembro Dezembro
 Ativar Windows
 Acesse Configurações para ativar o Windows

Em 2024, o município de São João do Paraíso apresentou uma produção

significativa de serviços no Sistema Único de Saúde (SUS), com destaque para as consultas individuais, procedimentos, atividades coletivas e visitas domiciliares. As consultas realizadas por médicos, previstas em um total mensal de 330 atendimentos, alcançaram números variados ao longo dos meses, com um pico de 1.191 consultas em abril e um mínimo de 406 em julho. As consultas realizadas por enfermeiros, previstas em 210 atendimentos mensais, também variaram, registrando o maior número de atendimentos em dezembro com 553 consultas e o menor em julho, com apenas 109.

As atividades coletivas gerais foram menos frequentes, com uma média baixa ao longo do ano, destacando-se os meses de agosto e outubro, com sete atividades realizadas em cada um. Os procedimentos individuais foram significativamente mais numerosos, atingindo seu maior volume em novembro, com 4.377 procedimentos realizados, e o menor em fevereiro, com 1.587. Em relação ao Teste do Pezinho, os registros foram constantes a partir de junho, variando entre três e seis procedimentos mensais.

A administração de Vitamina A apresentou crescimento considerável, especialmente em outubro e novembro, com 17 e 25 aplicações, respectivamente. Já a coleta de Citopatológico de Colo Uterino demonstrou variações importantes, sendo o maior número de coletas registrado em maio, com 81, enquanto em alguns meses foram realizados poucos ou nenhum procedimento.

Os testes rápidos, essenciais para a prevenção de doenças infecciosas, mantiveram certa regularidade. Os testes gerais apresentaram picos importantes em outubro e dezembro, com 228 e 197 testes realizados, respectivamente. Quanto aos testes rápidos para sífilis em gestantes, os números variaram entre 09 e 21 por mês. Já os testes rápidos para HIV tiveram seu maior número registrado em outubro, com 71 testes realizados.

As visitas domiciliares e territoriais realizadas por Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE) representaram uma parte significativa da produção de serviços, com números expressivos ao longo do ano. O mês de dezembro registrou o maior volume, com 5.915 visitas realizadas. Os cadastros domiciliares e territoriais demonstraram crescimento contínuo, começando com 3.877 registros em

janeiro e alcançando 4.397 em dezembro.

Os cadastros individuais mantiveram-se relativamente estáveis, com números variando pouco entre os meses. Iniciando o ano com 8784 cadastros em janeiro e encerrando com 8.978 em dezembro, o que demonstra um acompanhamento contínuo da população cadastrada no município.

Em resumo, os dados apresentados indicam uma produção variada e contínua dos serviços ofertados pelo SUS em São João do Paraíso ao longo do ano de 2024, com destaque para as consultas individuais, procedimentos e visitas domiciliares, evidenciando um esforço considerável na assistência à saúde da população local.

4.2 PRODUÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE BUCAL (ESB)

CONSOLIDADO de PRODUÇÃO EQUIPE DE SAUDE BUCAL												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Atendimento Odontológico: Individuais	228	249	259	332	399	260	157	313	352	296	248	117
Atendimento Odontológico: Gestantes	16	16	15	22	18	09	09	16	15	12	11	10
Dor de dente	06	07	24	20	21	19	15	35	35	41	27	12
Procedimentos totais	312	363	313	445	487	358	124	471	472	323	379	122
Orientação de higiene bucal	40	43	29	32	57	59	77	52	41	28	41	78

Fonte: E-SUS-APS

Em relação à saúde bucal, o município também apresentou números relevantes na produção de serviços. O atendimento odontológico individual variou significativamente ao longo do ano, registrando seu maior volume em maio, com 399 atendimentos, e o menor em dezembro, com 117 atendimentos. Os atendimentos

odontológicos para gestantes foram realizados com certa regularidade, oscilando entre 09 e 22 atendimentos mensais. Os casos relacionados a dor de dente foram mais frequentes entre agosto e outubro, com picos de 35, 41 e 27 atendimentos, respectivamente. Os procedimentos odontológicos totais atingiram seu ponto mais alto em maio, com 487 registros, e o mais baixo em dezembro, com 122. Além disso, ações de orientação sobre higiene bucal foram registradas regularmente, com maior atividade em junho e dezembro, com 59 e 78 orientações, respectivamente.

Em resumo, os dados apresentados indicam uma produção variada e contínua dos serviços ofertados pelo SUS em São João do Paraíso ao longo do ano de 2024, com destaque para as consultas individuais, procedimentos, visitas domiciliares e atendimentos odontológicos.

4.3 EQUIPE MULTIPROFISSIONAL (E – MULTI)

A atuação da E-Multi em São João do Paraíso durante o ano de 2024 foi marcada por um trabalho abrangente e significativo, envolvendo diversos profissionais na prestação de serviços essenciais à população. Ao longo do ano, foram realizados um total de 2.170 atendimentos individuais, com destaque para o trabalho desenvolvido pela Assistente Social (169 atendimentos). Psicólogo (83 atendimentos) e Fisioterapeuta (62 atendimentos). Além dos atendimentos individuais, foram realizadas 17 atividades coletivas, com enfoque na promoção de ações educativas e preventivas voltadas para o bem-estar coletivo.

O monitoramento dos hábitos alimentares da população também foi um aspecto relevante do trabalho da E-Multi, totalizando 337 registros de marcadores de consumo alimentar. Esses dados são fundamentais para orientar a comunidade sobre hábitos alimentares mais saudáveis. Ademais, foram realizados 12 encaminhamentos para outros serviços ou especialidades, evidenciando a eficiência da rede de atendimento e a colaboração entre os profissionais envolvidos.

Os destaques individuais incluem a atuação do Veterinário, que contribuiu de

forma indireta para a saúde pública através da orientação sobre saúde animal e controle de zoonoses. O Fisioterapeuta desempenhou um papel essencial na reabilitação dos pacientes e na melhoria da qualidade de vida, com 103 atendimentos individuais e 62 registros de consumo alimentar. A Nutricionista, responsável por 125 registros de consumo alimentar e 46 atendimentos individuais, promoveu hábitos alimentares saudáveis junto à população. A Assistente Social teve um papel relevante na inclusão social e no acesso aos serviços de saúde, participando ativamente de atividades coletivas e no monitoramento do consumo alimentar. Já o Psicólogo, além dos 83 atendimentos individuais, participou ativamente das atividades coletivas, demonstrando a importância do cuidado com a saúde mental da população.

A atuação integrada da E-Multi em diversas áreas, como saúde física, mental, assistência social e nutrição, tem um impacto positivo direto na qualidade de vida dos moradores de São João do Paraíso. O desenvolvimento contínuo e a ampliação desses serviços são fundamentais para garantir um atendimento ainda mais qualificado e abrangente no município.

4.4 INDICADORES DE SAÚDE – PROGRAMA PREVINE BRASIL

O Programa Previne Brasil, instituído em 2019, é o principal modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil. Seu objetivo é aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), utilizando indicadores de desempenho que refletem a efetividade do cuidado e a resolutividade dos serviços de saúde. Em 2024, o desempenho dos indicadores do programa *Previne Brasil* em São João do Paraíso – MA apresentou uma série de avanços, mas também desafios que precisam ser abordados para melhorar a qualidade do atendimento à saúde da população. A análise dos indicadores revela tanto pontos positivos quanto áreas que demandam atenção para que os resultados sejam mais consistentes ao longo do ano.

A proporção de gestantes com pelo menos seis consultas pré-natais realizadas apresentou variações significativas. No primeiro quadrimestre, 55% das gestantes

realizaram as consultas recomendadas, um aumento para 59% no segundo quadrimestre, mas uma queda para 46% no terceiro quadrimestre. Esse declínio é preocupante, pois o acompanhamento regular durante a gestação é fundamental para a prevenção de complicações, e a queda no indicador sugere dificuldades em garantir que as gestantes sigam o protocolo adequado de consultas, principalmente nas fases iniciais da gestação. Já a proporção de gestantes que realizaram exames para sífilis e HIV foi mais positiva. O primeiro quadrimestre registrou 83% de cobertura, com uma pequena redução para 82% no segundo, mas um aumento significativo para 89% no terceiro quadrimestre. Esse crescimento reflete uma boa adesão aos exames, essenciais para a prevenção de complicações que podem afetar tanto a saúde materna quanto a infantil, destacando um ponto positivo no programa de saúde para gestantes.

No que diz respeito ao atendimento odontológico para gestantes, a situação apresentou uma tendência de queda ao longo do ano. No primeiro quadrimestre, 72% das gestantes receberam atendimento odontológico, mas esse número caiu para 63% no segundo quadrimestre e para 52% no terceiro quadrimestre. A queda no atendimento odontológico precisa ser corrigido, uma vez que o cuidado com a saúde bucal é fundamental durante a gestação para prevenir complicações, como doenças periodontais, que podem afetar a saúde da mãe e do bebê.

Quanto à coleta de exames citopatológicos nas mulheres, os números não são favoráveis. O primeiro quadrimestre registrou apenas 7%, com um pequeno aumento para 9% nos dois quadrimestres seguintes. Esses índices são alarmantes, uma vez que a coleta do exame citopatológico é uma medida preventiva crucial no diagnóstico precoce do câncer de colo do útero. Essa área precisa de ações mais eficazes de sensibilização e de ampliação dos serviços de coleta de exames.

No lado positivo, a proporção de crianças de um ano vacinadas contra doenças como difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, infecções por *Haemophilus influenza* tipo b e poliomielite foi muito satisfatória. O primeiro quadrimestre registrou 88% de vacinação, que subiu para 91% no segundo quadrimestre e alcançou 96% no terceiro quadrimestre. Esse desempenho demonstra que as estratégias de vacinação estão funcionando bem,

com a população local aderindo às campanhas de imunização e garantindo proteção às crianças contra doenças graves. No entanto, os indicadores relativos ao acompanhamento de pessoas com hipertensão e diabetes apresentaram resultados pouco positivos. A proporção de pessoas com hipertensão que realizaram consulta e aferição de pressão arterial no semestre foi de apenas 27% no primeiro quadrimestre, caindo para 26% no segundo e chegando a 15% no terceiro. Da mesma forma, o acompanhamento de pessoas com diabetes, que deveriam realizar consultas e ter a hemoglobina glicada solicitada, também teve um desempenho baixo, com apenas 20% no primeiro quadrimestre, 14% no segundo e 7% no terceiro quadrimestre. É necessário reforçar as ações de acompanhamento e controle, garantindo que os pacientes hipertensos e diabéticos tenham acesso contínuo aos cuidados necessários.

A gestão local avaliará as causas dessas quedas e implementará estratégias para melhorar o acesso e a adesão aos serviços de saúde, garantindo que a população de São João do Paraíso tenha o suporte necessário para a promoção da saúde e a prevenção de doenças.

Indicadores do Programa Previne Brasil 2024			
Indicadores	1 QD	2 QD	3 QD
Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª (primeira) até a 12ª(décima segunda) semana de gestação	55%	59%	46%
Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV	83%	82%	89%
Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado	72%	63%	52%
Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS	7%	9%	9%
Proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, HepatiteB, infecções causadas por haemophilus influenzae tipo b e Poliomielite inativada	88%	91%	96%
Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre	27%	26%	15%
Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre	20%	14%	7%

Fonte: SISAB. Acesso em 18/03/2025.

Legenda

Se menor que 40% da meta= vermelho

Se entre 40% e 69% da meta= laranja

Se entre 70% e 99% da meta= verde

Se maior ou igual a meta= azul

4.5 COBERTURA VACINAL

Diversas foram as ações estratégicas desenvolvidas ao longo do ano para garantir a eficiência do processo de imunização entre os residentes. Entre essas ações, destaca-se a realização de solicitações de imunobiológicos, assegurando a disponibilidade de vacinas conforme a demanda local. Também foi realizado o movimento mensal, com o monitoramento contínuo dos estoques e fluxos de imunobiológicos, além do envio de produção, garantindo o correto registro e acompanhamento das doses aplicadas. Por fim, o recebimento de imunobiológicos foi realizado de forma organizada, contribuindo para a continuidade das ações de vacinação e para a manutenção da cobertura vacinal adequada.

A análise da cobertura vacinal de São João do Paraíso revela diferenças significativas entre as metas estabelecidas e os índices efetivamente alcançados para cada tipo de imunizante.

No caso da vacina BCG, destinada principalmente à prevenção da tuberculose, a cobertura atingiu 83,1%, um índice inferior à meta estabelecida de 90%. A vacina contra o Rotavírus, no entanto, superou a meta de 90%, alcançando uma cobertura de 93,66%.

A vacinação contra Hepatite B e Meningocócica C apresentou resultados satisfatórios, com coberturas de 99,3% e 96,48%, respectivamente, ambas acima das metas estipuladas (95%). O mesmo se aplica às vacinas Penta, Pneumocócica e Poliomielite (VIP), que atingiram coberturas de 100,7%, 95,59% e 100%, respectivamente, todas cumprindo ou ultrapassando a meta esperada de 95%.

Por outro lado, foram identificadas deficiências significativas em alguns imunizantes. A cobertura vacinal contra Febre Amarela alcançou apenas 78,17%, muito abaixo da meta de 95%. A vacina Hepatite A Infantil também ficou abaixo do esperado, com um índice de 82,39%. O mesmo padrão foi observado para a vacina DtpA, com cobertura de 75,35%, muito distante da meta de 100%.

As coberturas vacinais mais preocupantes referem-se à Varicela e à Tríplice Viral.

A cobertura contra Varicela foi de apenas 66,2%, bem abaixo da meta de 95%. Já a cobertura da Tríplice Viral alcançou 93%, próxima do esperado (95%), mas ainda ligeiramente inferior.

De modo geral, o município apresenta resultados satisfatórios para a maioria das vacinas, especialmente aquelas com metas estabelecidas em 95%, onde a maioria das coberturas foram atingidas ou ultrapassadas. Contudo, algumas vacinas de grande importância ainda apresentam índices abaixo do esperado e precisam ser melhorados, com destaque para as vacinas contra Varicela, Febre Amarela, DtpA e Hepatite A Infantil.

A adoção de estratégias mais eficazes de mobilização e conscientização da população, além de esforços para melhorar o acesso aos postos de saúde, podem contribuir significativamente para alcançar as metas estabelecidas e garantir uma melhor proteção da comunidade contra doenças imunopreveníveis.

Quadro 05 – Cobertura Vacinal por município de residência		
Vacinas	Cobertura	Meta
BCG	83,1%	90%
ROTAVÍRUS	93,66%	90%
HEPATITE B	99,3%	95%
MENINGOCO C	96,48%	95%
PENTA	100,70%	95%
PNEUMOCÓCICA	95,59%	95%
POLIOMIELITE (VIP)	100,00%	95%
FEBRE AMARELA	78,17%	95%
HEPATITE A Infantil	82,39%	95%
DtpA	75,35%	100%
VARICELA	66,20%	95%
TRÍPLICE VIRAL	93,0%	95%

Fonte: LocalizaSUS. Acesso em 17/03/2025

4.6 VIGILÂNCIA EM SAÚDE

4.6.1 Vigilância Sanitária

No ano de 2024, a Vigilância Sanitária de São João do Paraíso desempenhou um papel essencial na promoção da saúde pública e no controle da qualidade dos serviços e produtos consumidos pela população. Diversas ações foram realizadas com o objetivo de garantir a segurança sanitária no município, com foco no cadastramento, inspeções, liberação de alvarás e licenças, além de ações educativas. Ao longo do ano, foram realizadas 376 inspeções, efetuados 32 cadastros novos e 82 denúncias atendidas, reforçando o compromisso com a proteção da saúde da população. Essas atividades foram fundamentais para assegurar a conformidade com as normas sanitárias e garantir que a população tivesse acesso a ambientes e serviços seguros.

A Vigilância Sanitária também investiu em ações educativas, com campanhas de conscientização e orientação à população e aos comerciantes sobre a importância da higiene, do manejo adequado de alimentos, do controle de pragas e da manutenção das condições sanitárias nos estabelecimentos. Essas ações educativas não só ajudaram a prevenir doenças, como também incentivaram práticas de saúde preventiva, promovendo uma maior integração entre os profissionais de saúde e a comunidade.

Essas atividades da Vigilância Sanitária foram fundamentais para a proteção da saúde pública em São João do Paraíso, garantindo ambientes seguros, produtos de qualidade e o bem-estar da população. O compromisso com a fiscalização, educação e regularização dos estabelecimentos refletiu o esforço contínuo da gestão municipal para fortalecer a segurança sanitária e proporcionar uma vida mais saudável para todos.

4.6.2 Vigilância Epidemiológica

Em 2024, a Vigilância Epidemiológica desempenhou um papel fundamental na proteção da saúde pública, atuando de forma contínua no monitoramento de casos, incidência e prevalência de doenças endêmicas no município. Este trabalho foi essencial para identificar precocemente situações de risco, orientar ações de controle e prevenção e garantir a segurança sanitária da população.

O monitoramento constante permitiu à equipe da Vigilância Epidemiológica acompanhar de perto a evolução de doenças endêmicas, como dengue, Chikungunya, Zika, leishmaniose e hanseníase, entre outras. Por meio da análise de dados e notificações, foram identificados os principais focos de transmissão e os perfis de maior vulnerabilidade, o que possibilitou a implementação de estratégias direcionadas para o controle e redução dos casos.

Além disso, o trabalho de análise da incidência e prevalência de doenças foi essencial para compreender o comportamento epidemiológico no município, permitindo a formulação de políticas públicas mais eficientes. Com base nessas informações, foram realizadas ações como campanhas educativas, visitas domiciliares, mobilização comunitária, aplicação de medidas de bloqueio e intensificação da vigilância em áreas de maior risco.

O sucesso dessas ações se deveu ao esforço conjunto entre os profissionais de saúde, gestores municipais e a comunidade, que colaboraram ativamente no enfrentamento das doenças. A Vigilância Epidemiológica também atuou no fortalecimento da notificação e investigação de casos suspeitos, garantindo a resposta rápida e eficaz às situações emergenciais.

Assim, o trabalho contínuo da Vigilância Epidemiológica em São João do Paraíso foi fundamental para a redução de riscos e para a promoção da saúde da população. Com planejamento, monitoramento e ações integradas, o município avançou na prevenção e controle de doenças, reforçando seu compromisso com a

saúde coletiva e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

O quadro abaixo apresenta um resumo das notificações individuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN NET) no município de São João do Paraíso durante o ano de 2024. No total, foram contabilizados 254 casos, abrangendo diversos tipos de agravos que impactam diretamente a saúde pública local.

Agravos	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Atendimento Antirrábico	05	04	02	03	04	01	12	-	03	07	-	07	47
Acidente De Trabalho	01	02	03	03	02	02	01	01	-	-	-	-	15
Acidente Por Animais Peç	-	01	01	04	01	03	02	01	-	-	-	-	13
Herpes Zoster	-	01	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02
Leishmaniose Tegumentar	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
Violência Interpessoal	04	02	02	01	01	01	-	01	-	-	-	-	12
Toxoplasmose	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
Dengue	01	13	14	22	-	2	-	-	-	-	-	-	52
Chikungunya	-	-	01	03	-	-	-	-	-	-	-	-	04
Sífilis Não Especificada	-	-	-	01	-	-	-	-	-	01	-	01	03
Sífilis Em Gestante	-	-	-	01	-	-	-	-	-	02	-	-	03
Hanseníase	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	01
Síndrome Do Corrimento Cervical Em Mulheres	-	-	-	01	03	02	-	-	-	-	-	-	06
Pes. Traumat Em Colisão	-	-	-	-	8	03	02	-	-	-	-	-	13
Acidente De Trânsito De Tipo Especificado	-	-	-	-	10	01	-	01	01	-	-	-	13
Agravos	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	total
Diarreia /Gastroenterite	-	-	-	-	01	-	-	43	09	06	02	-	61
Intoxicação Exógena	-	-	-	-	-	-	2	02	-	-	-	-	04
Toxoplasmose gestacional	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01
Tuberculose	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01
Pneumonia não especificada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01
Leishmaniose Visceral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01

As doenças infecciosas e parasitárias representaram o maior número de notificações ao longo do ano. Destaca-se a diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível, com 61 casos registrados, sendo os meses de agosto e setembro os mais críticos, com 43 e 09 casos, respectivamente. Esse aumento significativo sugere a ocorrência de um possível surto ou um agravamento sazonal, indicando a necessidade de ações preventivas específicas nesses períodos. Outro agravo de relevância foi o número de casos de Dengue, que contabilizou 52 casos, reforçando a necessidade de intensificar medidas de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, principalmente durante os períodos de maior incidência de chuvas e calor, que favorecem a proliferação do vetor. O aumento desses casos aponta para a importância de campanhas educativas e ações

de vigilância para eliminação de criadouros e orientação da população sobre medidas preventivas.

Outras doenças como hanseníase, sífilis e toxoplasmose apresentaram notificações pontuais, totalizando 12 casos, o que reforça a importância da vigilância contínua e de campanhas de vacinação e prevenção.

Os acidentes de trânsito também tiveram destaque, totalizando 13 casos notificados. Esses números reforçam a necessidade de ações educativas e de fiscalização no trânsito, visando à redução dos acidentes e à promoção de um ambiente mais seguro.

Em relação aos acidentes de trabalho, foram notificadas 15 ocorrências, incluindo nesse quantitativo os acidentes graves e acidentes envolvendo exposição a material biológico. O primeiro semestre apresentou maior incidência desses casos, indicando a necessidade de reforçar as ações de segurança no ambiente laboral, com treinamentos e campanhas de conscientização.

Outros agravos de relevância incluíram a síndrome do corrimento cervical em mulheres, que somou 06 casos, com maior concentração no primeiro semestre do ano. Foram registrados ainda 12 casos de violência interpessoal ou autoprovocada, o que demonstra a importância de estratégias de suporte psicológico e de proteção social. Também ocorreram 4 casos de intoxicação exógena e 13 casos de acidentes com animais peçonhentos, sendo junho o mês com maior número de notificações desse último agravo.

Os meses com maior número de notificações foram agosto, com 50 casos, e abril, com 39 casos, evidenciando um aumento expressivo de agravos nesse período. Esses dados ressaltam a importância de estratégias preventivas e campanhas de conscientização, especialmente nos meses de maior incidência, a fim de reduzir o impacto dessas ocorrências na saúde da população.

Em síntese, este relatório tem o objetivo de subsidiar ações de saúde pública no

município de São João do Paraíso, fortalecendo estratégias de prevenção e controle dos agravos mais recorrentes. A análise dos dados reforça a necessidade de atenção especial aos períodos de maior notificação e aos agravos com maior impacto na saúde da população, promovendo intervenções eficazes e oportunas para garantir o bem-estar coletivo.

4.6.3 Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS)

O Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) compõe o conjunto de iniciativas do Ministério da Saúde para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), voltadas para a garantia do acesso integral a ações e serviços de qualidade, de forma oportuna, contribuindo para a melhoria das condições de saúde da população, para redução das iniquidades e para a promoção da qualidade de vida dos brasileiros.

Os resultados para o quadro a seguir apresentam a quantidade de indicadores, dos 14 em total, necessários para se alcançar a meta, bem como demonstram o *status* de aprovado para o município de São João do Paraíso acerca da meta mínima alcançada para cumprir com o programa.

Quadro 9 - Demonstrativo dos indicadores alcançados no quadrimestre pelo município.				
URS	Município	Nº De Metas	Indicadores Alcançados 2023	Situação
Imperatriz	São João do Paraíso	7	2,3,4,8,12,13,14	Alcançado

Fonte: monitora-saude. Acesso em 19/03/2025

LEGENDA – INDICADORES ALCANÇADOS

Indicador 2: SINASC

Indicador 3: Sala de Vacina

Indicador 4: Cobertura Vacinal

Indicador 8: LIRAa\LIA

Indicador 12 : Óbitos precoces por AIDS

Indicador 13: Saúde do Trabalhador

Indicador 14: Violência Interpessoal e Autoprovocada

5 REDE FÍSICA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

O município de São João do Paraíso dispõe de uma rede assistencial de saúde básica, capaz de atender dentro de suas limitações às demandas da população. A base dessa rede é composta por 05 Unidades Básicas de Saúde (UBS), estrategicamente distribuídas para garantir o acesso universal e equitativo aos serviços da Atenção Primária à Saúde (APS). Nesses espaços, atuam 05 Equipes de Saúde da Família (ESF) e 05 Equipes de Saúde Bucal (ESB), responsáveis pelo acompanhamento integral das famílias, promovendo ações de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, com foco na promoção da saúde e na qualidade de vida.

Complementando essa estrutura, o município conta com o Hospital Municipal Joca Chaves, que concentra serviços essenciais para a população. O complexo abriga um Pronto Atendimento 24 horas, garantindo atendimento imediato em casos de urgência e emergência. O espaço também oferece atendimento em diversas especialidades médicas por meio do Consultório de Especialidades, ampliando o acesso e a resolutividade dos serviços de saúde no município.

A Farmácia Básica desempenha um papel crucial no município para garantir o acesso da população a medicamentos essenciais, promovendo a saúde pública e o bem-estar de todos. Além de fornecer medicamentos de forma acessível e com orientação profissional, contribui para o controle de doenças crônicas, a prevenção de epidemias e a redução de custos com tratamentos médicos mais complexos.

A gestão dos serviços é coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde, que desempenha um papel estratégico na organização e otimização da rede assistencial. A secretaria abriga o setor de Regulação e Tratamento Fora do Domicílio (TFD), responsável pelo encaminhamento de pacientes para atendimentos em outras localidades, quando necessário. Conta também com a Central de Marcação de Consultas, que facilita o acesso organizado às consultas especializadas. O município se destaca ainda pelo trabalho realizado pelo Núcleo de Vigilância em Saúde, composto pelas equipes de Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica, que atuam de forma

integrada no monitoramento, prevenção e controle de riscos à saúde pública. Por fim, o Centro de Processamento de Dados (CPD) assegura a gestão eficiente das informações em saúde, contribuindo para o planejamento e aprimoramento contínuo dos serviços ofertados.

Essa estrutura integrada demonstra o compromisso do município com a garantia de um atendimento de qualidade, eficiente e humanizado para toda a população.

REDE ASSISTENCIAL DE SAÚDE
Secretaria Municipal de Saúde
Unidade de Vigilância em Saúde de São João do Paraíso
Posto de Saúde lauro Perreira da Silva
Centro Municipal de Saúde de São João do Paraíso
Equipe eMULTI Lauro pereira da Silva
Posto de Saúde 3 Bocas
Posto de Saúde projeto São Pedro
Posto de Saúde Osvaldo Cruz
Farmácia Básica Municipal

6 PROFISSIONAIS DE SAÚDE TRABALHANDO NO SUS

Além de gestora das políticas de saúde no território municipal, a Secretaria Municipal da Saúde de São João do Paraíso apresenta significativo perfil prestador, com oferta assistencial disponibilizada à população. Quanto aos profissionais que compõem a rede SUS, o município conta com aproximadamente 188 servidores pertencentes às categorias administrativo (26), assistencial (90) e outros (72), pertencentes ao quadro próprio da Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal da Saúde, inclusos neste total servidores comissionados, concursados e contratados. Segue o quadro abaixo apresentando cada categoria profissional em atuação no município.

Profissionais	Total
Administrador	01
Ag. Administrativo	16
Ag Comunitário de Saúde	15
Ag Epidemiológico	08
Assistente Social	01
Aux. de Serviços Gerais	19
Enfermeiro (a)	11
Fisioterapeuta	01
Farmacêutico	03
Técnico de Enfermagem	40
Médico (a)	07
Psicólogo (a)	01
Odontólogo (a)	05
Aux. Consultório Odontológico	08
Fonoaudiólogo (a)	-
Nutricionista	01
Outros (vigias, motoristas etc)	16
Diretor Hospitalar	01

7 PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE - PAS

Esta parte do Relatório se refere ao monitoramento anual das ações propostas no Programa Anual de Saúde – PAS 2024. Sua estrutura tem como base o Plano Municipal de Saúde 2022-2025, e a Programação Anual de Saúde 2023, já aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde de São João do Paraíso. Serão apresentadas as Diretrizes, os Objetivos, os Indicadores, as Metas Anuais e bem como, resultados obtidos e consolidados até o momento.

DIRETRIZ Nº 1 - FORTALECIMENTO, AMPLIAÇÃO, E QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO A SAÚDE

OBJETIVO Nº 1.1 - QUALIFICAR AS AÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA.									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2024	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Garantir 100% de cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica	Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica.	0			100,00	80,00	Percentual	80,00	100,00
Ação Nº 1 - Manter contratação de recursos humanos e insumos necessários para garantir o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde									
Ação Nº 2 - Reunir com a equipe de saúde e planejar as ações na comunidade a serem realizadas, identificando vazios existenciais									
Ação Nº 3 - Manter atualizado no sistema os cadastros individuais e domiciliar									
2. Manter 75% até 2025 a cobertura de acompanhamento das condicionalidades do programa bolsa família	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do programa bolsa família.	0			75,00	75,00	Percentual	75,00	100,00
Ação Nº 1 - Garantir juntamente a eMULTI a vacinação e acompanhamento nutricional de crianças e adolescentes.									
Ação Nº 2 - Garantir o registro dos atendimentos para acompanhamento do pré-natal de gestantes.									
Ação Nº 3 - Realizar ações de promoção em saúde e a prevenção para as famílias beneficiárias.									
3. Garantir 100% até 2025 a cobertura populacional estimada pela equipe básica de saúde bucal	Cobertura populacional estimada pelas equipes básica de saúde bucal.	0			100,00	90,00	Percentual	90,00	100,00
Ação Nº 1 - Ampliar as Equipes de Saúde Bucal para acompanhamento da demanda e garantindo o acesso da população aos profissionais Cirurgião-Dentista, Técnico em Saúde Bucal (TSB) e Auxiliar de Saúde Bucal (ASB).									
Ação Nº 2 - Garantir o funcionamento dos consultórios odontológicos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) com todos os aparatos necessários para a realização de procedimentos.									
Ação Nº 3 - Proporcionar os insumos necessários para manter o funcionamento da Rede de Saúde Bucal.									

4. Manter em 0 (Zero) até 2025 a taxa de mortalidade infantil	Taxa de mortalidade infantil	0			0,00	0,00	Percentual	0,00	0,00
Ação Nº 1 - Acompanhamento do desenvolvimento infantil das crianças fortalecendo vínculo da família com a eMULTI na atenção básica.									
Ação Nº 2 - Manter o acompanhamento das gestantes, garantindo número mínimo de 7 consultas de pré-natal, bem como o incentivo da eMULTI as consultas de puericultura, importância da vacinação e triagem neonatal.									
Ação Nº 3 - Na ocorrência de óbitos verificar e discutir com a equipe a causa e encaminhar ao setor responsável a ficha de investigação e fornecer subsídios para evitar a ocorrência de mais casos.									
5. Proporção de gestantes com pelo menos 6 consultas pré-natal (PN) realizadas, sendo a primeira realizada até a 12ª semana de gestação.	Proporção de gestantes com consultas	0			60,00	80,00	Percentual	50,00	62,50
Ação Nº 1 - Estimular a integração da eMULTI e dos demais níveis de atenção no atendimento a gestante.									
Ação Nº 2 - Registrar no sistema regularmente o acompanhamento dos atendimentos de pré natal na Unidade Básica de Saúde									
Ação Nº 3 - Promover ações de saúde educativas sobre a importância do pré natal e integrar essas mulheres da comunidade estimulando a sua participação nas consultas regulares com a equipe para acompanhamento do pré natal.									
6. Garantir teste rápido para HIV e Sífilis	Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV.	0			60,00	75,00	Percentual	75,00	100,00
Ação Nº 1 - Alimentar o sistema com a proporção de gestantes com realização de exames para Sífilis e HIV e fazer busca ativa das gestantes para realização dos testes.									
Ação Nº 2 - Capacitar os profissionais de saúde da equipe sobre a realização e importância dos testes rápidos.									
Ação Nº 3 - Realizar ações de saúde para incentivo da realização de testes rápidos, reforçando sua importância.									
Ação Nº 4 - Registrar no sistema a realização dos testes rápidos em cada gestante na primeira consulta de início ao pré natal									
7. Garantir um atendimento de Saúde Bucal na APS	Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado.	0			60,00	100,00	Percentual	60,00	60,00
Ação Nº 1 - Garantir os recursos humanos e insumos necessários para o funcionamento dos consultórios odontológicos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) para a realização de atendimentos com procedimentos e suporte para as gestantes.									
Ação Nº 2 - Agendar na consulta de pré natal o acompanhamento odontológico para as gestantes.									
Ação Nº 3 - Ampliar as Equipes de Saúde Bucal para acompanhamento da demanda e garantindo o acesso da população aos profissionais Cirurgião-Dentista, Técnico em Saúde Bucal (TSB) e Auxiliar de Saúde Bucal (ASB).									

8. Garantir uma coleta de exames citopatológico em mulheres de 25 a 64 anos	Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS	0			40,00	80,00	Percentual	64,00	80,00
Ação Nº 1 - Acompanhamento da proporção de mulheres para coleta de citopatológico na Atenção Primária em Saúde.									
Ação Nº 2 - Realizar ações educativas de saúde para incentivo a realização do exame citopatológico em mulheres de 25 a 64 anos.									
Ação Nº 3 - Reunir com a eMULTI e definir estratégias para aumento da adesão das mulheres para realização do exame citopatológico.									
Ação Nº 4 - Manter o registro dos atendimentos para coleta de exame citopatológico no sistema									
9. Nº de crianças que completaram 12 meses de idade, no quadrimestre avaliado, com 3ª doses aplicadas de Poliomielite inativada e Pentavalente	Proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por Haemophilus influenzae e tipo b e Poliomielite inativada	0			95,00	95,00	Percentual	95,00	100,00
Ação Nº 1 - Definir com a equipe estratégias de ação na busca ativa vacinal, com análise individual das carteiras de vacinas das crianças.									
Ação Nº 2 - Realizar campanhas de vacinação conforme Calendário Nacional de Imunização estabelecido pelo Ministério da Saúde									
Ação Nº 3 - Manter em funcionamento a sala de vacina com os insumos e recursos humanos necessários para a realização dos atendimentos e ações de rotina.									
Ação Nº 4 - Manter vínculo com a eMULTI e os responsáveis pela criança para acompanhamento das consultas de puericultura									
10. Nº de pessoas com hipertensão arterial com consulta em hipertensão arterial e aferição de PA nos últimos 6 meses	Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre.	0			50,00	65,00	Percentual	65,00	100,00
Ação Nº 1 - Reunir com a eMULTI para definir estratégias de busca ativa de pacientes hipertensos faltosos as consultas de rotina									
Ação Nº 2 - Promover ações educativas nas Unidades Básicas de Saúde sobre a hipertensão e realizar aferição de P.A									
Ação Nº 3 - Realizar visita domiciliar para acompanhamento de idosos e pacientes acamados com Hipertensão Arterial e realizar aferição de P.A									
11. Pessoas com diabetes, com consulta em DM e solicitação do exame de hemoglobina glicada nos últimos 6 meses	Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre.	0			50,00	65,00	Percentual	65,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar cadastramento no sistema dos pacientes diabéticos									
Ação Nº 2 - Reunir com a eMULTI para definir estratégias de busca ativa de pacientes faltosos									
Ação Nº 3 - Promover ações educativas sobre prevenção e cuidados com Diabetes Mellitus									
Ação Nº 4 - Realizar solicitação de Hemoglobina Glicada como exame de rotina para pacientes diabéticos									

A análise dos indicadores relacionados na Diretriz nº 01 mostra que, embora tenha havido avanços significativos, ainda existem desafios para atingir completamente as metas estabelecidas para o período de 2022-2025.

Em relação à cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica, a meta é garantir 100% de cobertura até 2025. Até o momento, foi alcançado 80% de cobertura, e a meta para 2024 é atingir 100%. Embora o resultado atual de

80% seja positivo, a meta final ainda exige esforços contínuos para garantir que todas as áreas, inclusive as de difícil acesso, sejam atendidas. Para isso, ações como a manutenção da contratação de recursos humanos e insumos necessários, o planejamento com a equipe de saúde, e a atualização dos cadastros individuais e domiciliares são essenciais. A identificação e a superação dos "vazios existenciais" serão fundamentais para alcançar a cobertura total da população.

No que diz respeito ao acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, a meta é atingir 75% de cobertura até 2025. Até 2024, já foi alcançado o valor de 75%, o que reflete a eficácia das ações implementadas. A garantia da vacinação e do acompanhamento nutricional de crianças e adolescentes, o registro de atendimentos para gestantes e as ações de promoção e prevenção de saúde para as famílias beneficiárias têm sido estratégias importantes. Com a continuidade e o fortalecimento dessas ações, é possível garantir o cumprimento da meta até o final do período estabelecido.

Quanto à cobertura da equipe de saúde bucal, com meta de 100% até 2025, já foi atingido 90% de cobertura até 2024, o que demonstra um progresso substancial. O planejamento para alcançar a cobertura total envolve a continuidade dos serviços de saúde bucal e a realização de campanhas educativas e preventivas. As ações voltadas para a saúde bucal são uma parte essencial da Atenção Básica e têm um papel importante na melhoria da qualidade de vida da população.

O acompanhamento da saúde materno-infantil é uma das prioridades da gestão municipal, com metas e ações voltadas para a redução da mortalidade infantil e a promoção da assistência adequada às gestantes. Um dos principais objetivos é manter a taxa de mortalidade infantil em zero até 2025, e os dados mostram que essa meta tem sido cumprida integralmente, com um percentual de 0% registrado no período. Para alcançar esse resultado, foram implementadas ações como o acompanhamento contínuo do desenvolvimento infantil, fortalecendo o vínculo da família com a equipe multiprofissional na atenção básica, além do monitoramento das gestantes para garantir que realizem, no mínimo, sete consultas de pré-natal.

Também foram promovidas iniciativas voltadas para a puericultura, vacinação e triagem neonatal, bem como a análise detalhada de possíveis óbitos infantis para identificar causas e prevenir novos casos.

No que se refere à proporção de gestantes que realizam pelo menos seis consultas de pré-natal, sendo a primeira até a 12^a semana de gestação, a meta para 2024 era de 80%, porém o resultado anual ficou em 62,5%, indicando a necessidade de reforço nas estratégias para ampliar a cobertura. Entre as ações realizadas para melhorar esse índice estão o estímulo à integração da equipe multiprofissional com os demais níveis de atenção à saúde, o registro sistemático dos atendimentos no sistema da Unidade Básica de Saúde e a promoção de ações educativas para conscientizar as gestantes sobre a importância do pré-natal e incentivar sua participação nas consultas.

Por outro lado, um avanço significativo foi registrado na garantia de testes rápidos para HIV e sífilis. A meta estipulada para 2024 era de 75%, mas o resultado alcançado foi de 100%, demonstrando a eficácia das ações implementadas. Para atingir esse objetivo, houve uma intensificação da busca ativa de gestantes para a realização dos exames, capacitação dos profissionais de saúde sobre a importância dos testes rápidos e campanhas educativas reforçando a necessidade da detecção precoce dessas infecções. Além disso, foi assegurado o registro da realização dos testes no sistema já na primeira consulta de pré-natal.

No atendimento de saúde bucal na Atenção Primária à Saúde, a meta era alcançar 100% das gestantes com atendimento odontológico realizado, porém o percentual atingido foi de 60%, o que indica desafios na ampliação desse serviço. O fortalecimento de estratégias para garantir esse atendimento pode contribuir para uma melhor assistência global à saúde das gestantes. Os dados demonstram avanços importantes, especialmente no controle da mortalidade infantil e na ampliação dos exames preventivos, ao mesmo tempo em que apontam áreas que necessitam de maior atenção para garantir que todas as metas sejam plenamente alcançadas.

DIRETRIZ Nº 2 - FORTALECIMENTO, AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE

OBJETIVO Nº 2.1 - REDUZIR OS RISCOS, DOENÇAS E AGRAVOS POR MEIO DAS AÇÕES E PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E PROTEÇÃO DA SAÚDE.									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2024	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PA S
1. Alcançar 100% as seis ações de vigilância sanitária programadas na PAVISA.	Percentual de ações de vigilância sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano.	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Criar Instrumentos Legais da Vigilância Sanitária									
Ação Nº 2 - Participar de assessorias e treinamentos em Vigilância Sanitária oferecidos pela DVISA									
Ação Nº 3 - Alimentar mensalmente o SIA/SUS - Ficha BPA - com procedimentos de Vigilância Sanitária									
Ação Nº 4 - Atualizar os Instrumentos Legais da Vigilância Sanitária: Portaria de Nomeação dos servidores da Visa									
2. Manter em zero o número de casos de autóctones de malária.	Número de casos autóctones de malária	0			0,00	0,00	Percentual	0,00	0,00
Ação Nº 1 - Realizar LVCs - lâminas de verificação de cura dos pacientes que forem tratados para malária									
Ação Nº 2 - Informar todos os casos confirmados de malária em até 48h a partir da coleta da lâmina e Notificar todos os casos suspeitos no SIVEP-Malária									
Ação Nº 3 - Realizar exame de gota espessa para investigação e diagnóstico dos indivíduos que apresentem os sintomas e/ou quadro clínico da malária									
Ação Nº 4 - Realizar palestras na Unidade Básica de Saúde para educação em saúde da população acerca da malária									

A Diretriz nº 02 busca reduzir riscos, doenças e agravos por meio de ações de promoção, prevenção e proteção da saúde. Para isso, foram estabelecidas metas e indicadores que permitem o monitoramento e a avaliação das iniciativas. Uma das metas é alcançar 100% das seis ações de vigilância sanitária programadas na PAVISA. O indicador utilizado para essa meta é o percentual de ações de vigilância sanitária consideradas necessárias para todos os municípios ao longo do ano, e o objetivo do plano para o período de 2022 a 2025, assim como a meta específica para 2024, é atingir 100%. As ações planejadas para alcançar esse objetivo incluem a criação de instrumentos legais da Vigilância Sanitária, a participação em assessorias e treinamentos oferecidos pela DVISA, o registro mensal no SIA/SUS dos procedimentos de Vigilância Sanitária e a atualização dos instrumentos legais, como a portaria de nomeação dos servidores da VISA. O resultado anual registrado para essa meta foi de 100%,

demonstrando que os objetivos estabelecidos foram plenamente alcançados.

Outra meta estabelecida dentro desse objetivo é manter em zero o número de casos autóctones de malária, utilizando como indicador o número de casos ocorridos no município. O plano para o período de 2022 a 2025, bem como a meta específica para 2024, previam que não houvesse nenhum caso registrado, e o resultado anual confirma que essa meta foi cumprida, mantendo o índice em 0%. Para garantir essa conquista, foram implementadas diversas ações, como a realização de lâminas de verificação de cura para pacientes tratados, a notificação de todos os casos confirmados dentro do prazo de 48 horas a partir da coleta da lâmina e o registro de todos os casos suspeitos no SIVEP-Malária. Além disso, foram realizados exames de gota espessa para investigação e diagnóstico de indivíduos com sintomas da doença, bem como palestras nas Unidades Básicas de Saúde para conscientização da população sobre a malária. O cumprimento dessas estratégias demonstra a eficácia das medidas adotadas para prevenção e controle da doença.

DIRETRIZ Nº 3 - MANUTENÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SUS MUNICIPAL

OBJETIVO Nº 3.1 - FORTALECER AS AÇÕES DA GESTÃO DO SUS MUNICIPAL									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2024	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PA S
1. Garantir reuniões ordinárias do conselho municipal de saúde	Número de reuniões do conselho municipal de saúde realizadas	0			12,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Promover e apoiar as reuniões mensais do CMS garantindo a divulgação das mesmas para a comunidade/usuária do SUS e disponibilizar de recursos para as atividades									
Ação Nº 2 - Manter o CMS conforme lei com garantia da composição paritária, 50% usuários, 25% governo e 25% trabalhadores da saúde e apoiar a formação dos conselheiros									
Ação Nº 3 - Assegurar financiamento para as ações definidas pelo CMS									
Ação Nº 4 - Organizar as reuniões do CMS na Unidade Básica de Saúde									

A Diretriz N^o 03 tem como foco o fortalecimento das ações da gestão do SUS municipal, garantindo o funcionamento adequado dos mecanismos de participação social e tomada de decisão. Uma das metas estabelecidas é assegurar a realização das reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde (CMS), utilizando como indicador o número de encontros efetivamente realizados ao longo do ano. A meta prevista no plano de 2022 a 2025, assim como a específica para 2024, estipulou a realização de 12 reuniões anuais, o que foi integralmente alcançado, com um percentual de cumprimento de 100%.

Para garantir esse resultado, foram adotadas diversas ações estratégicas, incluindo a promoção e o apoio às reuniões mensais, com a devida divulgação para a comunidade e a disponibilização de recursos necessários para a execução das atividades. Além disso, foi mantida a composição paritária do conselho, respeitando a distribuição de 50% de usuários do SUS, 25% de representantes do governo e 25% de trabalhadores da saúde, assegurando um espaço de participação equilibrado e democrático. Também foram garantidos recursos financeiros para viabilizar as ações definidas pelo CMS, além da organização das reuniões dentro das Unidades Básicas de Saúde, facilitando o acesso da população e promovendo maior engajamento dos usuários do SUS. O cumprimento integral dessa meta demonstra um avanço significativo na gestão participativa do sistema de saúde municipal, refletindo um compromisso com a transparência, a governança e a ampliação do controle social sobre as políticas públicas de saúde.

DIRETRIZ Nº 4 - AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE QUALIDADE, BUSCANDO REDUZIR AS MORTES EVITÁVEIS, APRIMORANDO A POLÍTICA DE ATENÇÃO BÁSICA, E DE FORMA SUPLEMENTAR, A ESPECIALIZADA E AMBULATORIAL.

OBJETIVO Nº 4.1 - Promover de forma suplementar o acesso aos serviços de saúde especializado, ambulatorial									
Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano - Linha-Base	Linha-Base	Meta Plano(2022-2025)	Meta 2024	Unidade de medida - Meta	Resultado Anual	% meta alcançada da PA\$
1. Garantir TFD aos usuários	TFD GARANTIDO	0			100,00	90,00	Percentual	90,00	100,00
Ação Nº 1 - Acolher as demandas e encaminhá-las a esfera competente dentro da rede Assistencial de Saúde									
Ação Nº 2 - Conceder Tratamento Fora do Domicílio (TFD), com garantia de ajuda de custo aos usuários e acompanhantes em suas necessidade atendendo ao princípio da equidade									
Ação Nº 3 - Permeiar pactuações de atendimento nas comissões intergestoras (CIR/CIB)									
2. Garantir o Transporte Sanitário	TS GARANTIDO	0			100,00	80,00	Percentual	80,00	100,00
Ação Nº 1 - Realizar manutenção preventiva dos veículos da saúde regularmente									
Ação Nº 2 - Verificar as necessidades para contratação de novos veículos para o atendimento de demandas reprimidas									
Ação Nº 3 - Manter contratação de recursos humanos e insumos necessários suficientes para a condução da frota									
3. Custear as despesas oriundas de demanda judicial	DEMANDA JUDICIAL CUSTEADAS	0			100,00	100,00	Percentual	100,00	100,00
Ação Nº 1 - Organizar demandas e direcioná-las a esfera competente para resolução									
Ação Nº 2 - Garantir recurso na LOA									
Ação Nº 3 - Intermediar conflitos, buscando a resolução das demandas incluindo-as no SUS									

A Diretriz nº 04 tem como foco a promoção suplementar do acesso aos serviços de saúde especializados e ambulatoriais, garantindo que os usuários do SUS tenham suporte adequado para atendimentos fora do domicílio, transporte sanitário e demandas judiciais relacionadas à saúde. Uma das metas estabelecidas foi assegurar o Tratamento Fora do Domicílio (TFD) para os usuários, com a meta global de 100% para o período de 2022 a 2025 e um objetivo específico de 90% para 2024. O resultado anual alcançado foi de 90%, atingindo a meta estipulada. Para garantir esse resultado, foram realizadas ações como o acolhimento das demandas e seu encaminhamento para a rede assistencial de saúde competente, a concessão

do TFD com ajuda de custo para usuários e acompanhantes, seguindo o princípio da equidade, além do estabelecimento de pactuações de atendimento dentro das comissões intergestoras (CIR/CIB).

Outra meta importante foi garantir o transporte sanitário para os usuários, essencial para viabilizar o acesso aos serviços de saúde. A meta para 2024 foi de 80%, e o resultado anual confirmou o cumprimento integral desse objetivo. As ações para atingir essa meta incluíram a realização de manutenções preventivas nos veículos da saúde, a avaliação da necessidade de contratação de novos veículos para atender demandas reprimidas e a garantia de recursos humanos e insumos necessários para a operação da frota.

Por fim, foi estabelecida a meta de custear integralmente as despesas oriundas de demandas judiciais relacionadas à saúde, com um objetivo de 100% tanto no planejamento de 2022 a 2025 quanto na meta para 2024. O resultado anual demonstrou que essa meta foi completamente cumprida, assegurando que todas as decisões judiciais foram atendidas sem comprometimento da assistência aos usuários. O alcance dessas metas reflete um avanço significativo na garantia de acesso a serviços especializados, promovendo equidade e eficiência na gestão da saúde municipal.

8 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

As informações aqui apresentadas foram migradas do SIOPS, e foram informadas pelo setor contábil da Prefeitura Municipal, responsável pela contabilidade do Fundo Municipal de Saúde.

A análise do cumprimento do limite mínimo para aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) reforça o comprometimento da gestão municipal com o financiamento da saúde, superando os percentuais obrigatórios estabelecidos por lei. As despesas empenhadas, liquidadas e pagas ao longo do período demonstram um alto nível de execução orçamentária, garantindo que os recursos destinados ao setor sejam efetivamente utilizados. O total das despesas com ASPS alcançou R\$ 6.485.525,42 no valor empenhado, R\$ 6.476.907,92 no valor liquidado e R\$ 6.466.177,92 no valor efetivamente pago.

Ao descontar restos a pagar inscritos indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira, no valor de R\$ 8.163,12, o valor final aplicado em ASPS foi de R\$ 6.477.362,30 (empenhado), R\$ 6.476.907,92 (liquidado) e R\$ 6.466.177,92 (pago). Esses valores superam significativamente o mínimo obrigatório de R\$ 4.765.555,25 exigido pela Lei Complementar nº 141/2012, que determina um investimento de pelo menos 15% da receita de impostos e transferências constitucionais e legais na saúde. Os dados apresentados mostram que o município superou essa exigência legal, aplicando um percentual de 20,38% em dois períodos analisados e 20,35% no mais recente. Como resultado, a diferença entre o valor aplicado e o mínimo obrigatório foi de aproximadamente R\$ 1.711.807,05 para despesas empenhadas, R\$ 1.711.352,67 para despesas liquidadas e R\$ 1.700.622,67 para despesas pagas.

Esse desempenho positivo demonstra um esforço contínuo da gestão municipal em destinar mais recursos para a saúde do que o exigido legalmente, o que possibilita uma maior qualidade na prestação dos serviços à população. O cumprimento rigoroso dos compromissos financeiros, com um alto índice de execução das despesas, assegura que os investimentos sejam transformados em melhorias concretas na infraestrutura, na

assistência médica e na oferta de serviços essenciais. A estabilidade nos valores aplicados, aliada ao superávit em relação ao mínimo exigido, indica um planejamento financeiro sólido e um compromisso com a ampliação do acesso e da qualidade dos serviços de saúde prestados à comunidade.

Apuração do cumprimento do limite mínimo para aplicação em asps

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPs	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPs (XII) = (XI)	6.485.525,42	6.476.907,92	6.466.177,92
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	8.163,12	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPs em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPs (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	6.477.362,30	6.476.907,92	6.466.177,92
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			4.765.555,25
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPs (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			N/A
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.711.807,05	1.711.352,67	1.700.622,67
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPs (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	20,38	20,38	20,35

Fonte: SIOPS, Maranhão. Acesso em 17/02/25 18:02:31.

A análise das despesas totais com saúde, considerando recursos próprios e transferências de outros entes, demonstra um alto nível de execução orçamentária ao longo do período. A dotação inicial prevista para o setor era de R\$ 16.833.733,47, sendo posteriormente atualizada para R\$ 16.442.639,57. Dentro desse orçamento, as despesas empenhadas alcançaram R\$ 11.666.384,07, representando 70,95% da dotação atualizada, enquanto as despesas liquidadas atingiram R\$ 11.657.766,57 (70,90%) e as despesas pagas somaram R\$ 11.620.956,13 (70,68%). Além disso, foram inscritos em restos a pagar não processados o valor de R\$ 8.617,50.

A atenção básica, principal frente de atuação da saúde pública municipal, teve uma dotação atualizada de R\$ 6.687.134,43, com despesas empenhadas de R\$ 3.918.377,45, resultando em uma execução de 58,60%. O percentual de liquidação foi de 58,59% e de pagamento, 58,20%, evidenciando uma boa execução orçamentária nesse segmento essencial para a prevenção e atendimento primário da população. Já a assistência hospitalar e ambulatorial apresentou uma dotação atualizada de R\$ 2.205.472,33, mas uma execução inferior, com apenas 34,22% dos recursos utilizados. Esse dado sugere desafios na utilização dos recursos destinados a essa área, o que pode estar relacionado a dificuldades operacionais ou limitações estruturais.

No que se refere à vigilância sanitária, houve uma execução orçamentária que ultrapassou o valor atualizado, com R\$ 615.170,68 empenhados e liquidados, atingindo 100,91% da dotação disponível. Esse cenário indica um investimento maior do que o previsto inicialmente, possivelmente devido a demandas emergentes ou ações estratégicas para fortalecer a fiscalização sanitária. Por outro lado, a vigilância epidemiológica, que contava com uma dotação de R\$ 377.817,00, não teve valores executados, o que pode sinalizar uma necessidade de ajustes na destinação e no planejamento desses recursos.

As despesas destinadas a outras subfunções de saúde, como suporte a serviços administrativos e programas complementares, apresentaram uma elevada execução, com R\$ 6.378.093,25 empenhados, o que corresponde a 97,19% da dotação atualizada. Esse alto nível de execução sugere uma boa alocação dos recursos para garantir o funcionamento geral dos serviços de saúde no município.

Ao analisar a origem dos recursos, observa-se que R\$ 9.654.034,97 foram provenientes de transferências da União, sendo que R\$ 5.180.858,65 (53,67%) desse total foram empenhados, liquidados e pagos, evidenciando uma boa utilização desses repasses. Já as despesas executadas exclusivamente com recursos próprios do município totalizaram R\$ 6.485.525,42 em empenhos, com uma taxa de execução orçamentária de 95,54%, demonstrando um esforço significativo da administração municipal para complementar os investimentos na saúde e garantir o funcionamento

adequado dos serviços prestados à população.

De maneira geral, a análise dos dados indica o compromisso do município de São João do Paraíso com a execução dos recursos destinados à saúde, com boa aplicação dos valores em áreas essenciais, especialmente na atenção básica e na vigilância sanitária. No entanto, a baixa execução na assistência hospitalar e ambulatorial e a ausência de investimentos na vigilância epidemiológica podem representar desafios a serem enfrentados para otimizar ainda mais a utilização dos recursos disponíveis e garantir a eficiência dos serviços ofertados à população.

Demonstrativo das despesas totais com saúde									
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XLI) = (IV + XXXIII)	7.975.134,43	6.687.134,43	3.918.377,45	58,60	3.918.232,97	58,59	3.892.152,53	58,20	144,48
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	4.532.472,33	2.205.472,33	754.742,69	34,22	754.742,69	34,22	754.742,69	34,22	0,00
SUPOORTE PROFILÁTICO TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	351.601,21	609.601,21	615.170,68	100,91	615.170,68	100,91	615.170,68	100,91	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	377.817,00	377.817,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	3.596.708,50	6.562.614,60	6.378.093,25	97,19	6.369.620,23	97,06	6.358.890,23	96,90	8.473,02
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	16.833.733,47	16.442.639,57	11.666.384,07	70,95	11.657.766,57	70,90	11.620.956,13	70,68	8.617,50
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	12.213.034,97	9.654.034,97	5.180.858,65	53,67	5.180.858,65	53,67	5.154.778,21	53,40	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	4.620.698,50	6.788.604,60	6.485.525,42	95,54	6.476.907,92	95,41	6.466.177,92	95,25	8.617,50

FONTE: SIOPS, Maranhão 17/02/25 18:02:31

Fonte: SIOPS, Maranhão 17/02/25 18:02:31

8.1 Indicadores Financeiros

A análise dos dados financeiros do município revela aspectos importantes sobre a gestão da receita e da despesa, principalmente em relação à saúde. A participação da receita de impostos na receita total do município é de 5,27%, enquanto as transferências intergovernamentais representam uma expressiva maior parte da receita, com 89,19%. Esse alto percentual de transferências intergovernamentais destaca a dependência do município em relação a repasses de outros entes para manter sua operação financeira. Dentro do total de recursos transferidos para o município, 8,29% são destinados à saúde, sendo que 100% dessas transferências para a saúde provêm da União. As transferências

da União para a saúde correspondem a 12,60% do total de recursos transferidos pela União para o município, o que demonstra uma significativa contribuição para o financiamento da saúde municipal.

Em relação à receita de impostos e transferências constitucionais e legais, esta representa 49,27% da receita total do município, um indicativo relevante de como a receita tributária e as transferências legais são fundamentais para a sustentabilidade financeira municipal. Quando se observa a despesa com saúde, o município gasta R\$ 1.177,95 por habitante, com uma participação de 39,63% da despesa total com saúde direcionada ao pagamento de pessoal. Isso sugere que uma parte significativa dos recursos da saúde é utilizada para o custeio de sua força de trabalho. Além disso, as despesas com medicamentos correspondem a apenas 0,28% da despesa total com saúde, e as despesas com serviços de terceiros (pessoa jurídica) somam 10,56%. Já os investimentos na área de saúde são mínimos, representando 0,10% da despesa total.

As transferências para a saúde representam 40,92% da despesa total do município com saúde, evidenciando a importância desses repasses para a manutenção dos serviços de saúde. De acordo com a Lei Complementar 141/2012, a receita própria aplicada em saúde atinge 20,38%, o que está em conformidade com o mínimo exigido pela legislação.

Em resumo, os dados refletem uma gestão financeira que, mesmo com elevada dependência de transferências intergovernamentais, demonstra esforço em aplicar recursos próprios na saúde, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços ofertados à população de São João do Paraíso.

Indicadores de despesas com asps

Indicadores do Ente Federado		
Indicador		Transmissão Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	5,27 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	89,19 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	8,29 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	100,00 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	12,60 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	49,27 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 1.177,95
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	39,63 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	0,28 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	10,56 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	0,10 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,00 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	40,92 %
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	20,38 %

Fonte: SIOPS, Maranhão. Acesso em 24/03/2025 16:10:54.

9 INFORMAÇÕES SOBRE AUDITORIA

Durante o período analisado, não foram realizadas auditorias internas ou externas no âmbito da gestão da saúde de São João do Paraíso. Ressalta-se a importância da implementação de auditorias regulares como ferramenta essencial para avaliar a eficácia dos processos, identificar oportunidades de melhoria e assegurar a correta aplicação dos recursos públicos. A realização dessas auditorias contribuirá para o fortalecimento da transparência e para a otimização da qualidade dos serviços de saúde ofertados à população.

10. ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES GERAIS

A análise detalhada das informações apresentadas sobre a gestão da saúde em São João do Paraíso – MA evidencia avanços significativos e o comprometimento da gestão municipal na promoção da saúde pública. Destaca-se positivamente a organização da rede assistencial, composta por cinco Unidades Básicas de Saúde (UBS) e o Hospital Municipal Joca Chaves, que concentra serviços essenciais para a população. O complexo abriga um Pronto Atendimento 24 horas, garantindo atendimento imediato em casos de urgência e emergência. O espaço também oferece atendimento em diversas especialidades médicas por meio do Consultório de Especialidades, ampliando o acesso e a resolutividade dos serviços de saúde no município.

A Farmácia Básica desempenha um papel crucial no município para garantir o acesso da população a medicamentos essenciais, promovendo a saúde pública e o bem-estar de todos.

Os indicadores financeiros refletem um compromisso com a aplicação responsável dos recursos, superando o percentual mínimo exigido pela Lei Complementar n.º 141/2012 para aplicação em saúde, alcançando 20,38%. Os investimentos em ações de prevenção, como campanhas de vacinação e monitoramento epidemiológico, foram eficazes, com coberturas vacinais que, em sua maioria, atingiram ou superaram as metas estabelecidas. Ademais, o trabalho das equipes na atenção primária, com foco em pré-natal, puericultura e visitas domiciliares, demonstra uma abordagem humanizada e voltada à promoção da saúde.

Para os próximos anos, recomenda-se o fortalecimento das estratégias de atendimento às gestantes, estabelecendo a meta de elevar a proporção de consultas pré-natais iniciadas até a 12ª semana para 80%. Ampliar o acesso a exames preventivos e intensificar a realização de atendimentos odontológicos durante a gestação também são medidas cruciais. Uma estratégia eficaz seria a realização de campanhas informativas e o fortalecimento da busca ativa para essas ações.

Além disso, aprimorar os processos de gestão de medicamentos é fundamental para otimizar os investimentos e garantir uma distribuição eficiente. Estabelecer metas de redução no tempo de espera para a entrega de medicamentos em pelo menos 20%

poderá contribuir para uma melhor assistência farmacêutica.

Por fim, é essencial dar continuidade ao fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica e sanitária, com foco em programas de educação em saúde e no aprimoramento do monitoramento de doenças endêmicas. A ampliação do uso de tecnologias para coleta e análise de dados pode melhorar a capacidade de resposta rápida a surtos e emergências de saúde.

A manutenção do compromisso com a aplicação eficiente dos recursos e a busca constante por melhorias na qualidade dos serviços são fundamentais para garantir uma saúde pública de excelência para a população São João do Paraíso. Estabelecer metas claras e estratégias bem delineadas fortalecerá o sistema de saúde local e proporcionará melhores condições de vida para todos os munícipes.